

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2773813320200713164319

Processo 0801303-92.2019.8.23.0047 ☆ - (335 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div> <div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor Público <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>					
78 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 78					
500 por pág. 1					
Seq.	Data	Evento	Movimentado Por		
<input type="checkbox"/>	78	13/07/2020 16:43:19	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (01/07/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
		78.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA	2635842IMPUGNACAOALAUDOPERICIAL01.pdf	Público
		FILHO			
	77	07/07/2020 16:13:43	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 07/07/2020 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 74) JUNTADA DE LAUDO (01/07/2020) e ao evento de expedição seq. 75.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
	76	01/07/2020 23:47:46	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO		
		Para advogados/curador/defensor de ANTONIO CARLOS DE SOUSA SILVA com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 74) JUNTADA DE LAUDO (01/07/2020)	Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI		
			Analista Judiciária		
	75	01/07/2020 23:47:46	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO		
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 74) JUNTADA DE LAUDO (01/07/2020)	Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI		
			Analista Judiciária		
<input checked="" type="checkbox"/>	74	01/07/2020 10:55:51	JUNTADA DE LAUDO		
			ILDERSON PEREIRA SILVA		
			Perito		
	73	01/07/2020 10:49:31	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo Perito ILDERSON PEREIRA SILVA) em 01/07/2020 com prazo de 30 dias úteis *Referente ao evento (seq. 61) AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA (29/05/2020) e ao evento de expedição seq. 72.	ILDERSON PEREIRA SILVA		
			Perito		
	72	30/06/2020 21:48:12	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO		
		Para Perito ILDERSON PEREIRA SILVA com prazo de 30 dias úteis - Referente ao evento AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA (29/05/2020)	Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI		
			Analista Judiciária		
	71	30/06/2020 11:16:45	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA		
		Perito Oficial: ILDERSON PEREIRA SILVA habilitado até 30/07/2020 (30 dias)	Valdenice Felix		
			Analista Judiciária		
<input checked="" type="checkbox"/>	70	30/06/2020 02:19:10	JUNTADA DE PETIÇÃO DE SUBSTABELECIMENTO		
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
<input checked="" type="checkbox"/>	69	26/06/2020 10:16:14	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REALIZADA		
		conciliação não realizada entre as partes Participante(s)	Marlon Brito Melo		
			Analista Judiciário		
	68	09/06/2020 00:03:22	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo Perito ILDERSON PEREIRA SILVA(Leitura automática em 08/06/2020 às 23:59)) em 08/06/2020 com prazo de 25 de Junho de 2020 *Referente ao evento (seq. 61) AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA (29/05/2020) e ao evento de expedição seq. 65.	SISTEMA CNJ		
	67	09/06/2020 00:01:52	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo advogado/curador/defensor de ANTONIO CARLOS DE SOUSA SILVA) em 08/06/2020 com prazo de 25 de Junho de 2020 *Referente ao evento (seq. 61) AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA (29/05/2020) e ao evento de expedição seq. 64.	SISTEMA CNJ		
	66	02/06/2020 09:17:16	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA		
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 02/06/2020 com prazo de 25 de Junho de 2020 *Referente ao evento (seq. 61) AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA (29/05/2020) e ao evento de expedição seq. 63.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE -		



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR

PROCESSO: 08013039220198230047

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO CARLOS DE SOUSA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável, e a conclusão nesta seara foi pela ausência de invalidez permanente, pois não apurada qualquer limitação do seguimento.

Ocorre que, o perito administrativo, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu que os danos suportados pela parte autora não se apresentaram suficientes a acarretar uma invalidez permanente, de forma contrária ao que tenta fazer crer o perito judicial, devendo tal situação ser devidamente considerada por esse d. Juízo.

Destaca-se que não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada, requerendo que seja a presente demanda julgada improcedente, e, extinta com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Caso supere as teses de defesa, mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ1.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos:

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Ocorre que, conforme descrito no próprio laudo, a justificativa para gradação teria sido a existência de dor de cabeça, o que não pode ser admitido como efetiva invalidez.

¹Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Conforme se observa na tabela, para o enquadramento da invalidez há de se observar que haja repercussão que comprometa função vital não compensável, o que não é o caso dos autos.

Dessa forma, impõe-se o julgamento da ação pela total improcedência dos pedidos da inicial.

Caso assim não entenda, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 9 de julho de 2020.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR